

VEREADORES E SUAS RELAÇÕES COM CONSELHOS GESTORES

Raquel Casarin Paes (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Carla Cecília Rodrigues Almeida (Orientadora), e-mail: carlaalm@uol.com.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR

Ciências Humanas; Ciência Política

Palavras-chave: Políticas Públicas; Instituições Participativas; Poder Legislativo Municipal.

Resumo

Essa pesquisa se insere em uma corrente da Ciência Política que estuda comportamentos políticos relacionando instituições tradicionais representativas e instituições participativas, com o objetivo de compreender a nova configuração da Democracia no Brasil. Buscou-se identificar relações de representantes do poder legislativo municipal com conselhos gestores. Após constatada a participação de alguns vereadores nessas instituições, esta foi critério também para analisar as respostas à questões de opinião, procurando-se padrões ou discrepâncias entre as respostas de quem já participou ou não de conselho. Em geral, não houve diferenças ou estas foram pouco expressivas.

Introdução

Uma considerável bibliografia recente tem falado das Instituições Participativas (IPs), presentes em várias democracias contemporâneas. Almeida, Cayres e Tatagiba (2015) constataram que as pesquisas sobre esse tema têm tratado as esferas da participação política e da representação como coisas separadas, sendo necessário entendê-las como parte de um mesmo processo. As IPs surgiram com o intuito de aumentar os meios através dos quais os cidadãos tem contato com as decisões públicas, para que estas não fiquem relegadas apenas aos representantes políticos. E, visto que estes também são cidadãos, sua relação com as IPs também merece atenção.

A partir dessas premissas, essa pesquisa se propôs a observar o comportamento de representantes do poder legislativo municipal. Os vereadores escolhidos para a análise foram os da gestão 2013-2016 do estado de Santa Catarina. Os dados utilizados se encontram no 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense, feito em 2015 pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado e o Departamento de Sociologia e Ciência Política da

Universidade Federal de Santa Catarina. Dividiu-se o banco de dados em duas partes utilizando como critério para essa divisão as respostas à questão sobre participação em conselhos gestores. A partir disso, as respostas das outras questões puderam ser analisadas com esse recorte. Buscou-se constatar alguma diferença de perfil pessoal ou de opiniões entre os vereadores que já tiveram a experiência de participar de um conselho gestor e os que nunca participaram.

Materiais e métodos

Os métodos utilizados foram a revisão bibliográfica e a análise de dados estatísticos através do software SPSS. O banco de dados dos quais as informações foram colhidas não foi feito pela realizadora desse trabalho. O banco foi disponibilizado pelos realizadores para consulta e utilização por outros pesquisadores.

Resultados e Discussão

A partir da análise do banco de dados, verificou-se que 66,78% dos vereadores que responderam ao questionário afirmaram que seus municípios possuem conselhos gestores; 16,28% responderam que não possuem; 16,94% não sabiam. 58,31% disseram que nunca participaram de conselho gestor e 41,69% já participaram ou ainda participam – sendo 27,37% que já participaram e 14,32% que ainda participam.

Utilizando o dado de que 41,69% dos vereadores já participaram de conselhos gestores e 58,31% nunca participaram, observou-se as respostas para outras questões. Quanto ao perfil pessoal dos vereadores, as questões escolhidas foram as que perguntavam sobre renda e escolaridade. O resultado foi quase o mesmo para ambos. Nas faixas de renda, medidas em salários mínimos, não houve diferença notável entre os dois grupos. Quanto à escolaridade, a resposta mais frequente entre os vereadores que nunca participaram de conselhos gestores foi Ensino médio completo, correspondendo a 22% entre estes. Entre os que já participaram, as respostas mais frequentes foram Ensino médio completo (21,2%), Ensino superior completo (16%) e Especialização (19%).

Quanto às que perguntavam sobre a trajetória política deles, as questões selecionadas foram sobre partido político de que faz parte, o mandato que está exercendo, ter cargo de dirigente no partido, ter parente que ocupa ou já ocupou cargo público eletivo, participar ou já ter participado de movimentos sociais. A porcentagem das respostas foi praticamente a mesma para os dois grupos de vereadores, em todas as perguntas.

As opiniões dos vereadores sobre assuntos diversos também foi questionada, com questões nas quais os vereadores deveriam responder se concordavam ou discordavam de uma determinada frase. Algumas das frases que foram selecionadas para essa pesquisa são:

- “Só há democracia se houver participação pelo voto”

- “Só há democracia se houver participação direta dos cidadãos em todas as decisões políticas”

- “A Política é complexa e deve ser deixada às lideranças políticas”

- “Só há democracia se houver participação por conselhos gestores”

Nas três primeiras dessas questões, novamente não houve diferença considerável. Somente a última dessas questões é que obteve respostas mais variadas. No grupo que nunca participou de conselhos gestores, a resposta mais frequente foi 5, ou seja, o meio termo entre Concordar totalmente (10) e Discordar totalmente (1). A segunda resposta mais frequente nesse grupo foi 1 - Discordo totalmente. No grupo que compreende os vereadores que já participaram de conselhos gestores, a resposta mais frequente foi 10 – Concordo totalmente. Como era de se esperar, aqueles que já participaram de conselho gestor valorizam essa IP e a consideram importante para o sistema político democrático. Aqueles que nunca participaram apresentaram opiniões mais dispersas, não padronizadas.

Conclusões

Segundo Lüchmann (2007), as pessoas buscaram as instituições participativas e lutaram pelo aumento da expressividade destas porque a representação se mostrou insuficiente para atender as demandas de todos os segmentos da sociedade. Entretanto, dentro das IPs – principalmente os conselhos gestores, como diz a autora – as coisas não saíram como se esperava. A heterogeneidade de interesses, a ligação de muitos dos conselheiros com o sistema político, a mediação por organizações civis, entre outros fatores, mostraram que as IPs não eram tão democráticas quanto se pensava. Na prática, o funcionamento delas não era muito diferente do sistema representativo institucional.

Com essa pesquisa, constatei que, entre os vereadores, não se vê ainda diferenças consideráveis entre os que já tiveram a experiência de participar de um conselho gestor e os que nunca tiveram.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha orientadora pela oportunidade de trabalhar com ela, pela paciência e por tudo o que me ensinou. Também aos colegas do Núcleo de Pesquisas em Participação Política da UEM, com quem também aprendi muito durante o tempo dessa pesquisa.

Referências

ALMEIDA, C.; CAYRES, D. C.; TATAGIBA, L. Balanço dos estudos sobre os Conselhos de Políticas Públicas na última década. **Lua Nova**, São Paulo, no.94, p.255-294, 2015.



LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, n.70, p. 139-170, 2007.